



Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 27-04-2022

Ata nº 9

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
José Adriano Esteves Lima	Vice - Presidente da Câmara	P
José Augusto Passos Rodrigo	Vereador	P
Maria Sameiro Sousa Domingues Lima	Vereador	P
Manuel Fernandes Ramos dos Santos	Vereador	P
Maria de Fátima Rodrigues de Sousa Táboas	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
Sónia Maria Esteves Trancoso	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 20-04-2022

Operações Orçamentais	312 087,41€
Operações de Tesouraria	604 928,75€
Documentos	0,00€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Sandra Cristina Pires, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Vice-Presidente dá início à reunião, cumprimentando os Vereadores e o público presente na sala e via online. Começa por justificar a ausência do Presidente da Câmara por se encontrar numa viagem aos Estados Unidos para participar numa ação de captação de investimento para a nova Zona Empresarial e, portanto, não lhe era de todo possível estar presente na reunião.

Continua dando nota do sucesso que foi a Festa do Alvarinho e Fumeiro que decorreu no último fim de semana. Ainda não houve tempo útil de coligir todos os dados, mas o feedback dado pelos participantes durante todo o evento foi altamente positivo. Refere ainda que haverá sempre arestas a limar, mas do seu ponto de vista, superou até as expectativas. Acrescenta que quer deixar um agradecimento aos participantes, não só aos produtores de vinho, mas também aos produtores do fumeiro, do queijo, mel, compotas de outros produtos locais, aos proprietários dos restaurantes, todos estiveram envolvidos na promoção do Concelho. Deixa um agradecimento à equipa da Câmara Municipal pelo esforço ao longo de todo o fim de semana para que tudo corresse da melhor forma e a todos os patrocinadores.

O Vice-Presidente continua a sua intervenção referindo-se à cerimónia do hastear da bandeira no dia 25 de abril, agradece a presença dos Bombeiros e em especial ao Sr. António dos Santos, “Valongo” que há anos faz o hastear da bandeira. De seguida decorreu um segundo momento no Espaço Memória e Fronteira onde foi inaugurado o Mural “Memórias”, uma pintura alusiva às temáticas da emigração e do contrabando, da autoria da melgacense Ondina Esteves. De seguida houve lugar à inauguração da exposição “Vivências na Raia em Tempos de Guerra”, da autoria dos técnicos do Espaço Memória e Fronteira, em colaboração com o melgacense Américo Rodrigues. A mostra é uma homenagem às pessoas/gentes da raia que, pela sua proximidade com Espanha, prestaram auxílio e acolhimento aos refugiados da Guerra Civil Espanhola. Nesse seguimento houve um momento para colocar no museu uma medalha da Federação Francesa de Construção Paris e Île-de-France, doada por Porfírio Alexandre Esteves, Presidente da União de Contratantes da Construção, ao Município de Melgaço.

Tomou a palavra o Vereador Passos Rodrigo, cumprimenta todos os presentes, bem como o público que assiste à reunião via online. Em relação à Festa do Alvarinho, dá os parabéns à organização da Festa e a todos os participantes e equipas da Câmara envolvidas. Refere que deveria ser revista a questão do barulho externo, uma vez que é muito incomodativo para quem vive nas imediações, devendo o som ser controlado para além da hora do certame.

Em relação às comemorações do 25 de abril, agradece o convite para a cerimónia, no entanto considera que não foi elaborado um programa apelativo, dando assim oportunidades aos deputados da Assembleia Municipal para estarem presentes, refere ainda, que espera que no próximo ano o 25 de abril possa ser comemorado com um programa mais apelativo e alusivo ao 25 de abril, dando mais ênfase a essa data tão importante.

Toma a palavra o Vereador Manuel Fernandes, dando nota, que ainda em relação à Festa do Alvarinho e do Fumeiro, a questão do ruído interno foi também incómoda, talvez tenha a ver com a posição das colunas. Acrescenta que ao longo do fim de semana foi ouvindo as pessoas e uma das queixas que apresentaram foi o preço exagerado do copo para o tipo de copo, que até nem é

o mais adequado. Sabe que a venda dos copos reverte para a empresa Essência do Vinho com a qual o Município contratou a organização, e que entende que desta forma deve ter sido possível descer o valor a pagar pelo Município, uma vez que conseguem receita com a venda dos copos, mas ainda assim deveria ser revisto o valor a pagar pelo copo. No entanto, considera que a Festa correu muito bem.

De seguida o Vereador Manuel Fernandes, refere que lhe foi transmitido por algumas pessoas, alguma confusão em relação às faturas de água e resíduos, onde faturas para o mesmo serviço e para o mesmo tempo de faturação apresentavam valores diferentes o que não se compreende. Relacionado ainda com a faturação de água, acrescenta que existem também queixas de erros de faturação, onde é faturado valor a mais e ao efetuarem a reclamação, a resposta dos serviços é muito tardia, para além disso, o valor faturado a mais é resposto nas faturas dos meses seguintes, o que nalguns casos, pode a pessoa nem ter tempo de vida útil para reaver o dinheiro. Considera que é importante manter a qualidade deste serviço, não bastando que seja o mais barato do Alto Minho, para satisfação dos Municípios.

Continua referindo a visita do Ministro das Infraestruturas e Habitação que marcou presença na abertura da Festa do Alvarinho, depois de ter participado numa conferência da CIM Alto Minho para debater conectividade e acessibilidade transfronteiriça, onde foi apresentado um documento com os investimentos determinantes para o posicionamento estratégico do Alto Minho e o reforço da competitividade económica dos territórios de fronteira. Espera que este seja o momento para o PRR com 245 milhões financiar projetos de longa data que estão na gaveta por falta de financiamento. Espera que o governo olhe para as populações do Alto Minho com outros olhos, assim como espera que do lado de Espanha também consigam acompanhar essa evolução.

Tomou a palavra a Vereadora Sónia Trancoso para questionar se no seguimento da deslocação do Presidente à América já existem empresas interessadas.

De seguida toma a palavra a Vereadora Fátima Táboas, para esclarecer que em relação à questão colocada pelo Vereador Manuel Fernandes relacionada com a faturação dos serviços de água, saneamento e resíduos, é necessário verificar nas faturas se se referem ao mesmo período e ao mesmo tipo de consumo. Esclarece que a questão do reembolso de valores cobrados a mais, normalmente é descontado nas faturas seguintes, no entanto, o utente tem sempre a hipótese de solicitar que seja feito o reembolso da totalidade do valor de forma imediata. Refere ainda que as reclamações têm um prazo de resposta dos serviços que é de 22 dias que é cumprido. Nestes serviços o Município é auditado pela entidade reguladora e por uma empresa externa independente contratada pela ERSAR, e o que se verifica é uma progressão nos vários indicadores.

Toma a palavra o Vice-Presidente para esclarecer os senhores Vereadores, que em relação à questão do barulho externo que se sente na Festa do Alvarinho, é muito difícil de controlar, compreende, mas acrescenta que é necessária alguma tolerância, é o evento mais importante do Concelho, que mais gente traz a Melgaço num fim de semana e que acontece uma vez por ano. Em relação às comemorações do 25 de abril, é habitual a cerimónia do hastear da bandeira e a população junta-se na praça para receber os cravos, refere ainda que a programação dos eventos da Câmara é preparada com antecedência, e vai alterando todos os anos. Ainda em relação à Festa do Alvarinho e à questão colocada pelo Vereador Manuel Fernandes do preço dos copos e da adequação do copo, o Vice-presidente, refere que, o copo usado foi igual ao da edição de 2019,

poderá ser melhorado e revistas estas questões depois da reunião de balanço que será feita com os produtores, como habitualmente, onde poderão ser afinadas estas e outras questões para futuras edições.

Em relação à questão levantada pela Vereadora Sónia Trancoso, o Vice-Presidente, informa que efetivamente já existem empresas interessadas, mas que ainda não é o momento de revelar quais são e o Sr. Presidente terá oportunidade no regresso da viagem de informar e esclarecer os senhores Vereadores do resultado da viagem.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

97. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 2 de 19-01-2022 e a Ata n.º 3 de 02-02-2022.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 2 de 19-01-2022, não tendo participado na votação a Vereadora Maria do Sameiro Lima.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

98. Justificação de faltas.

Neste ponto apresentou justificação de falta à reunião n.º 2 de 19-01-2022, a Vereadora Sónia Trancoso, por motivos de saúde.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a justificação de falta apresentada, não tendo participado na votação a respetiva requerente.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

99. Presente para efeitos de aprovação e submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal, a alteração ao Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4280 de 20-04-2022 e ao abrigo do disposto no artigo 3.º do RJUE conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das autarquias Locais, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal a alteração ao n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

100. Presente para efeitos de ratificação a aprovação da suspensão da Feira Semanal no dia 22 de abril por motivos da realização da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, bem como respetivo edital, que ficará anexa a esta ata. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 3987 de 08-04-2022 e no uso da competência conferida no n.º3 do artigo 35.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, ratificar a aprovação da suspensão da Feira Semanal no dia 22 de abril por motivos da realização da Festa do Alvarinho e do Fumeiro, bem como o respetivo edital.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

101. Presente ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, a solicitar a concessão de um subsídio extraordinário no valor de 2.534,00€, para as despesas efetuadas no âmbito do apoio ao Granfondo 2021. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4281 de 20-04-2022 e ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, conceder um subsídio no valor de 2.534,00€, para as despesas efetuadas no âmbito do apoio ao Granfondo.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

102. Presente requerimento em nome de António Fernando da Rosa, cabeça de casal de, a solicitar a emissão de certidão de compropriedade indivisa relativa ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 843 da freguesia de Paderne - Melgaço, que ficará anexo a esta ata. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º4086 de 12-04-2022 e no uso da competência prevista no artigo 54.º da Lei n.º64/2003, de 23 de agosto, aprovar a emissão de certidão de compropriedade, relativo ao prédio inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 843 da Freguesia de Paderne - Melgaço.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

103. Presente para efeitos de aprovação o plano de trabalhos modificado da empreitada "Zona Empresarial de Alvaredo", que ficará anexo a esta ata. O Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º4324 de 21-04-2022 e no uso da competência prevista na alínea 1 do artigo 404.º do DL n.º18/2008 de 29 de Janeiro na sua redação atual e tendo em conta que se trata de uma empreitada no âmbito dos limites na alínea b) do n.º1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º197/99, de 8 de junho, em vigor por reprivatização da Resolução da Assembleia da República n.º86/2011, de 11 de abril e conjugando esse artigo com o previsto no âmbito das competências da Câmara Municipal, nomeadamente na alínea f) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a aprovação do plano de trabalhos modificado da empreitada "Zona Empresarial de Alvaredo", bem como da alteração do gestor do contrato para a Engenheira Sílvia Fernandes.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Gestão Municipal

104. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta de alteração ao mapa de pessoal, que ficará anexa a esta ata. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

Toma a palavra o Vice-Presidente para esclarecer que no presente assunto trata-se de uma alteração ao mapa de pessoal que prevê na DOSU, retirar um lugar que estava previsto para TIM, uma vez que já se abriu concurso e não houve concorrentes, porque se considera pouco apelativo o lugar com estas características e neste seguimento a criação de um lugar de técnico superior para o serviço de Instalações elétricas e mecânicas. Na DDEC prevê-se a criação de dois lugares de assistentes técnicos para o Solar do Alvarinho, uma vez que saiu uma pessoa que se encontra de momento a exercer funções no GAP e mais um lugar porque com os horários praticados há sempre falta de pessoal, tendo que recorrer muitas vezes a horas extraordinárias. Para DGM prevê-se a criação de dois lugares de assistente técnico para os serviços de contabilidade e gabinete jurídico, e de um técnico superior para o Aproveitamento. Uma vez que se está a implementar a contabilidade de gestão, há necessidade e acrescentar uma pessoa para ajudar nesse trabalho. No gabinete jurídico e aproveitamento temos duas pessoas a trabalhar, mas dado o volume de trabalho é necessário contratar mais pessoas.

Depois na dependência da Presidência pretende-se abrir um lugar para assistente operacional de veterinária, e um técnico superior de veterinária, uma vez que o veterinário em funções está prestes a reformar-se e prevê-se inclusive um aumento do trabalho com o projeto NUTRIR e com o apoio que se pretende acrescentar aos produtores de Agropecuária. Além disso existe no Concelho uma delegação da DRAPN que contava com duas pessoas e que neste momento só tem uma pessoa. A ideia é este técnico dar também apoio à DRAPN e até futuramente poder integrar os quadros da DRPAN por mobilidade.

Toma a palavra o Vereador Passos Rodrigo que afirma que não querendo contrariar os argumentos apresentados pelo Vice-presidente, considera que estar a colocar no mapa de pessoal mais sete lugares, é muito, tendo em conta os atuais custos com o pessoal que ronda cerca de 47% da despesa corrente do Município. Esta questão relacionada com a fraca capacidade económica do município, gera uma preocupação com o futuro, de incerteza para todos.

De seguida pede a palavra o Vereador Manuel Fernandes e dá conta da evolução do mapa de pessoal desde 2013, sendo certo que de 2013 a 2015 houve uma preocupação de diminuição do pessoal, mas que desde 2015 este número tem sido incrementado. É certo que vão surgindo novas exigências na gestão pública, concordado que poderá haver alterações do pessoal entre setores, mas considera igualmente que dada a perda de população a que o Concelho assiste, este incremento de pessoal tinha que denotar uma melhoria significativa na qualidade dos serviços o que não se verifica do seu ponto de vista.

O Vice-presidente toma a palavra para esclarecer que o número de trabalhadores no quadro não tem sofrido um aumento significativo, uma vez que está muita gente a reformar-se.

O Executivo deliberou, por maioria com três abstenções, nos termos de facto e de direito constante da informação n.º 4309 de 21-04-2022 e no uso da competência conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta de alteração ao mapa de pessoal.
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

105. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal os documentos de prestação de contas e relatório de gestão de 2021, que ficarão anexos a esta ata.

O Vice-presidente introduz o assunto fazendo uma breve apresentação do Relatório de contas de 2021, dando conta que houve um aumento da execução do Orçamento face a 2020, situando se a execução da receita em 77% e da despesa em 75%. No quadro da Receita por rubricas, houve um aumento das receitas dos impostos diretos, nomeadamente do IMI, bem como das transferências do Orçamento de Estado e das transferências de capital, fruto do aumento da execução de investimentos financiados pelo quadro comunitário.

Em relação à despesa houve um ligeiro aumento das despesas com o pessoal, mas que não se traduziu no aumento de trabalhadores. Houve igualmente aumento das aquisições de bens de capital fruto do aumento do investimento, nomeadamente ao nível da viação rural, onde foi feito um investimento no ano de 2021 de cerca de 1,2 Milhões de euros. Ao nível das despesas com a Educação, estas situaram-se em cerca de 1 milhão de euros, tendo a contrapartida da receita sido de cerca de 742.000€, ao abrigo da transferência de competências. Ao nível dos passivos financeiros o Município tem feito um esforço de redução, sendo que se prevê algum incremento com empréstimo IFRRU para a obra das Piscinas Municipais e empréstimo BEI para a Zona Empresarial de Alvaredo.

Pede a palavra o Vereador Passos Rodrigo, solicitando o envio da documentação com mais antecedência para poderem efetuar uma análise mais profunda. Ainda assim da análise efetuada aos documentos da Prestação de Contas, permitiu retirar algumas conclusões. Embora o grau de endividamento tivesse diminuído, verifica-se que o investimento no desenvolvimento económico não existiu. Refere o porquê do aumento das rubricas de IMI e IRS, quando estas deveriam diminuir para flexibilizar a atração de investimento. As despesas fixas mantêm-se ou aumentam, mais do que o investimento. As despesas de pessoal representam 47% da despesa corrente. O desenvolvimento do Concelho está estagnado, apresenta perda de população, o que quer dizer que as políticas adotadas não são as corretas. Considera que deve haver mais apostas no investimento quer ao nível do turismo, mas nem só a outros níveis que permita fixar população e aumentar a riqueza do Concelho. Considera que os próximos anos serão decisivos e estão dispostos a ajudar e a trabalhar para o desenvolvimento. Acrescenta que era importante criar uma associação empresarial forte, capaz e independente, para trabalhar com os empresários e dinamizar o tecido empresarial.



melgaço
município

Acta

Reunião de Câmara Municipal

Acta nº	9
Data	27-04-2022
Tipo	Ordinária
Página	8

De seguida toma a palavra o Vereador Manuel Fernandes, dando nota que estando na fase de aprovar as contas de 2021, em que medida os recursos usados ao longo do ano, foram utilizados na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Considera que a esse nível, não há boas notícias. Houve uma sucessiva perda de poder de compra dos Melgacenses, considera que todos os orçamentos e respetivas prestações de contas não se têm traduzido no bem-estar das populações, se assim não fosse, não se estaria a ser confrontados com a perda de população significativa na ordem dos 10%. Acrescenta que o Município tem potencialidades que não estão a ser devidamente utilizadas na atração das pessoas e sua fixação. Continua a sua intervenção, dando nota que no documento se fala num momento de viragem, na ótica empresarial, que é uma mudança de paradigma. O foco sempre foi a fileira do Alvarinho e do Turismo, mas nem sempre foi tratado de forma a aumentar o desenvolvimento. Na página “Viver Melgaço” não tem informação suficiente, por exemplo em relação aos trilhos não há informações concretas, não há informação sobre a oferta integrada no Turismo de Natureza.

Continua a sua análise sobre a Prestação de Contas, dando nota que se continua com taxas de execução muito baixas, nomeadamente nas receitas e despesas de capital, ficando muito aquém do objetivo do orçamento. O aumento das despesas de pessoal, bem como o número de trabalhadores, mesmo não tendo aumentado muito, o rácio em termos de relação de trabalhadores e população, é considerável, tendo em conta os censos de 2021, dá cerca de 1 trabalhador por cada 28 pessoas, sendo que deveria ser pelo menos acompanhado de uma prestação de serviços à população mais eficiente e com mais qualidade o que nem sempre se verifica.

De seguida toma a palavra o Vice-Presidente, José Adriano Lima, afirmando que nem sempre é possível enviar a documentação para a Reunião de Câmara com mais antecedência, tendo em conta a dinâmica dos serviços e o seu volume de trabalho.

Em relação à análise feita pelos Vereadores da oposição ao documento de Prestação de Contas, o Vice-Presidente, considera ser a sua perspetiva, mas discorda, não revelando o que se traduz o investimento realizado ao longo dos últimos anos. É certo que algum deste investimento só terá impacto no futuro e não de imediato, mas a gestão tem que ser feita pensando no futuro e criando progresso.

Em relação à aposta no Turismo, considera que mais aposta do que a quem tem sido feita ao longo dos últimos anos era impossível. Uma aposta feita de forma séria e profissional, e já foram publicados dados sobre isso. Na Pandemia, voltamos a beneficiar dessa aposta. Considera ser necessário, agora manter esses padrões de qualidade e essa dinâmica, sendo que depende muito do setor privado, tem se realizado Workshops e formações de forma gratuita aos empresários com vista à melhoria da qualidade dos serviços. Não se pretende ter no Município uma massificação do turismo, mas sim qualidade no que se apresenta. A questão da Associação Empresarial, existe uma associação criada, tem que ser os privados a dinamizá-la, ainda há pouco tempo houve reuniões com a associação para dar seguimento a uma candidatura dos bairros digitais. Sempre houve dificuldades em criar associações e conseguir dinamizá-las.

Considera que Melgaço está a seguir o seu rumo, houve apostas no passado que foram feitas (produtos locais, turismo...), e bem, neste momento é realmente importante a aposta no industrial, mas que nem sempre se traduz em fixação de pessoas. No entanto, considera que investimento atrai investimento, e que é perfeitamente possível conciliar o Turismo com o Industrial.

Falando do evento da Festa do Alvarinho, foi feito um caminho muito importante de divulgação dos produtos locais e que, mesmo assim, se recorda do PSD criticar a Festa do Espumante na sua primeira edição.

Os Vereadores da oposição consideram que não está a ser feito investimento. É necessário ter visão e desbravar caminho, não tendo receio da crítica, só assim é possível desenvolver Melgaço. Neste momento a Zona Empresarial está em construção, já a pensar em conseguir financiamento para a construção da 2ª fase e na captação de investimento para o território. A rede de trilhos prestes a ser inaugurada e aberta ao público, a Requalificação integral das Piscinas, bem como outros investimentos que estão a ser postos no terreno. É verdade que não se conseguiu uma taxa de execução muito elevada, porque houve alguns atrasos no arranque de obras estruturais financiadas por fundos comunitários.

Colocado à votação o Executivo deliberou aprovar e posteriormente submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, por maioria com três votos contra dos Vereadores do PPD/PSD, os documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2021, conforme o disposto no nº.1 do artº.76º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro.

Sobre este assunto os Vereadores do PPD/PSD, no prazo das 48 horas apresentaram a declaração de voto que se anexa.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Presidência

106. Presente para efeitos de aprovação e posterior submissão à próxima sessão da Assembleia Municipal a proposta de designação do Fiscal Único da empresa Melsport, que ficará anexa a esta ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação anexa e no uso do nº3 do artigo 26 da Lei nº50/2012, de 31 de agosto, aprovar e submeter à próxima sessão da Assembleia Municipal, a designação do Fiscal Único: Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, S.A.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 16.45 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Sandra Pires, Chefe de Divisão da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal



José Adriano Esteves Lima

DECLARAÇÃO DE VOTO (CONTRA)

REUNIÃO DE	
Serviço	Assunto N.º
do	N.º Acto
Destinatário	N.º Doc.º
Deliberação	Rúbrica

27.04.2022
105
9
1

Dos vereadores eleitos pelo PSD, José Rodrigo, Manuel Fernandes e Sónia Trancoso, referente ao assunto n.º 105 (documentos de prestação de contas e relatório de gestão 2021), da ordem de trabalhos da reunião da Câmara Municipal de Melgaço, de 27/04/2022

Nenhuma prestação de contas e relatório de gestão serão suficientemente bons, quando a materialização das políticas públicas na vida dos seus munícipes é manifestamente negativa.

Com efeito, desde 2013, os melgacenses têm vindo a perder poder compra e da análise dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão 2021 não resulta que no ano em apreço ocorra inversão de tal tendência. E não poderá dizer-se que esta questão é de somenos importância. Antes pelo contrário.

É claro e notório que Melgaço tem vindo a perder desde 2013, não só o seu posicionamento relativamente aos demais concelhos do Alto Minho, como também se está a distanciar do IpC médio da Comunidade Intermunicipal (CIM) do Alto Minho, como se evidencia através dos dados seguintes: em 2013 (-13,20); em 2015 (-15,70); em 2017 (-17,63) e em 2019 (-18,41).

Por outro lado, a gestão de 2021 não contrariou a tendência desertificadora dos últimos dez anos. Com efeito, de acordo com os dados provisórios dos Censos 2021, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Melgaço assistiu a uma quebra populacional acima dos dois dígitos, perdendo, concretamente, 15,6% dos seus habitantes.

Daqui também poderá concluir-se que o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário (PDSS) não tem cumprido os objetivos que determinaram a sua criação. Na verdade, não tem contribuído para contrariar a sucessiva perda da população, nem para a fixação da população jovem, como seria desejável.

Por outro lado, quando olhamos para a taxa de execução da despesa (75%) e da receita (77%), fica demonstrado que Município tem vindo a aprovar orçamentos empolados para criar algum impacto junto melgacenses, gerando expectativas elevadas quanto ao aumento do seu bem estar e qualidade que posteriormente não se concretizam. De notar, neste âmbito, que a taxa de execução das receitas de capital ficou-se pelos 51,86%, ou, seja ficou-se, apenas pela metade do previsto.

Ainda notamos que a despesa de pessoal (38,03%) e o número de trabalhadores (282) tem vindo a aumentar, contrariando aquilo que, na nossa perspectiva, seria um exercício natural, ajustar-se à diminuição da população melgacense. Não obstante o aumento do quadro de pessoal

também não se vislumbra que tal facto tenha trazido acréscimo de eficiência na prestação dos diversos serviços ou que a capacidade de resposta às solicitações dos munícipes tenha melhorado.

Por estas e outras razões, os vereadores subscritores só poderiam votar contra, o que fizeram.

Melgaço, 29 de abril de 2022.

OS VEREADORES

José Passos Rodrigo

Manuel Fernandes

Sónia Trancoso